



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO  
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E SEÇÕES ESPECIALIZADAS

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DE 4/8/2023  
TRIBUNAL PLENO

Aos quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, reuniu-se o TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, EM SESSÃO ORDINÁRIA, sob a presidência do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho Durval César de Vasconcelos Maia. Presentes os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho José Antônio Parente da Silva, Maria Roseli Mendes Alencar, Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior, Plauto Carneiro Porto, Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno, Jefferson Quesado Júnior, Fernanda Maria Uchôa de Albuquerque, Francisco José Gomes da Silva, Emmanuel Teófilo Furtado, Paulo Régis Machado Botelho, Clóvis Valença Alves Filho, João Carlos de Oliveira Uchôa e Carlos Alberto Trindade Rebonatto. Registro ainda a presença da Excelentíssima Procuradora Mariana Ferrer Carvalho Rolim, representando o Ministério Público do Trabalho, e comigo, Alexei Rabelo Lima Verde, Secretário do Tribunal Pleno e Seções Especializadas, foi aberta a sessão pela Presidência. Inicialmente, o Presidente saudou os demais desembargadores presentes, a eminente representante do Ministério Público do Trabalho e o Desembargador Clóvis Valença Alves Filho, que se encontrava em correição, acompanhando a sessão por videoconferência. Cumprimentou também os advogados presentes inscritos para defesa oral, na pessoa do nobre causídico Fernando Luís Melo da Escóssia, bem como os servidores da Secretaria do Tribunal Pleno, na pessoa deste Secretário e do Secretário Geral Judiciário, Ednevaldo Medeiros Pereira. Saudou, por fim, os estudantes e os demais servidores do Tribunal que se encontravam presentes à sala de sessões. No horário das comunicações, o Presidente informou que o servidor da área de tecnologia e comunicação, Jefferson Teixeira Gonçalves, foi designado para acompanhar presencialmente a integralidade de todas as sessões do Tribunal, auxiliando na regularização de eventuais problemas técnicos. Em seguida, divulgou a realização da terceira edição do workshop Bons Ventos da Inovação, pelo Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Justiça Eleitoral (LIODS), nesta sexta-feira, dia 4 de agosto, na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE). Informou, outrossim, que o evento discutirá a Lei Geral de Proteção de Dados no Setor Público e contará com a participação, como palestrante, do Coordenador de Segurança da Informação deste Regional, Reginaldo Garcia Dupim. Comunicou, ainda, que esteve em Brasília, em companhia dos Desembargadores Paulo Régis Machado Botelho e Francisco José Gomes da Silva, participando do “Seminário Internacional Trabalho Decente: Proposições para a construção de uma agenda de Saúde e Segurança, Equidade, Proteção à Infância e Erradicação do Trabalho Infantil”. Ressaltou que os Juízes Raimundo Dias de Oliveira

Neto e Antonio Célio Martins Timbó Costa também estiveram presentes ao evento. Segundo o Presidente, o Seminário foi muito proveitoso, tendo sido abordadas pelos palestrantes questões relacionadas à erradicação do trabalho infantil e ao enfrentamento do trabalho escravo. Informou, por fim, que o evento contou com a participação de grandes personalidades, dentre as quais a do ativista indiano Kailash Satyarthi, vencedor do Prêmio Nobel da Paz. Na sequência, o Presidente facultou a palavra aos demais integrantes do Colegiado. No ensejo, o Desembargador Emmanuel Teófilo Furtado formulou algumas considerações a respeito da dotação de pessoal nos gabinetes dos Desembargadores, sugerindo que o tema fosse posteriormente discutido e aprofundado pelos membros do Colegiado. O Magistrado observou que o atual quadro de servidores que compõe as referidas unidades judiciais encontra-se absolutamente defasado para a prestação jurisdicional que lhes é requerida. Ponderou que, com a reforma, a Primeira Instância apresentou uma redução na proposição de ações, ao contrário do Segundo Grau, onde o nível de judicialização recursal aumentou notoriamente. Argumentou também que na Primeira Instância as ações são passíveis de arquivamento, de designação de nova audiência ou de conciliação, bem diferente do que acontece na Segunda Instância, onde tudo que chega aos gabinetes recebe julgamento. Por conseguinte, a tramitação se acelera na Primeira Instância, sofrendo um travamento na Segunda, em decorrência do indiscutível acúmulo de processos, que cada vez aumenta mais, sem perspectiva de solução. Ressalvou sua compreensão de que a matéria é disciplinada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e depende de decisão superior, porém defendeu que o momento é propício para se começar a pensar na possibilidade de ser revista a composição dos gabinetes dos Desembargadores neste Regional, atualmente composto apenas por oito servidores. Sugeriu ao Presidente e ao Corregedor Regional que nas reuniões do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho, caso assim entendessem, plantassem uma semente que pudesse fazer o Conselho Superior da Justiça do Trabalho repensar essa questão da dotação dos gabinetes dos Tribunais de médio porte. O Presidente falou que o tema é realmente delicado, porém é necessário a realização de um trabalho junto ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, uma vez que a distribuição de servidores na Justiça do Trabalho está disciplinada pela Resolução CSJT nº 296, de 25.6.2021, cabendo, portanto, àquele Órgão uma ampliação do normativo, em face da crescente carga de serviços no Segundo Grau, conforme já vem sendo demonstrado pelas estatísticas. Falou que tentará conduzir a matéria da melhor forma possível, pelo menos levando essa preocupação ao COLEPRECOR. Na oportunidade, o Desembargador Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior reforçou as ponderações apresentadas pelo Desembargador Emmanuel Teófilo Furtado, ressaltando que além da quantidade de processos que chegam ao Segundo Grau de Jurisdição, inúmeras são as matérias e tópicos para a análise recursal pelos gabinetes. A Desembargadora Maria Roseli Mendes Alencar também se manifestou a respeito e lembrou a questão da devolução em profundidade do recurso, que transfere ao Tribunal Regional a apreciação de todos os fundamentos da inicial ou da defesa pertinentes à matéria impugnada, ainda que não examinados pela sentença. O Desembargador Jefferson Quesado Júnior informou que o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – CEJUSC também vem enfrentando as mesmas dificuldades reportadas pelo Desembargador Emmanuel Teófilo Furtado, com relação ao aumento no número de ações encaminhadas à Conciliação. Em seguida, o Magistrado comunicou que esteve em Brasília, há cerca de quinze dias, acompanhado do Desembargador José Antonio Parente da Silva, em visita ao Conselho Nacional de Justiça, onde mantiveram contato com o Conselheiro Mauro Pereira Martins e o Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo Luís Geraldo

Sant'Ana Lanfredi, para tratar do tema da inserção dos egressos no mercado de trabalho, com excelente acolhida pelo Conselho Nacional de Justiça ao trabalho desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. No ensejo, o Desembargador José Antonio Parente da Silva informou que além do encontro com o Conselheiro Mauro Pereira Martins, foram realizadas audiências em outras instituições públicas e órgãos ligados à Presidência da República, sempre com enfoque na questão da reinserção dos egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho. Destacou a visita feita ao Ministério dos Direitos Humanos e ao Assessor da Presidência da República José Ilário Gonçalves Marques. O Desembargador informou que durante a viagem à Brasília foi realizado um trabalho de divulgação dos dados e ações realizadas no Estado do Ceará pelo Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas, em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, a Secretaria de Administração Penitenciária e a Procuradoria Geral do Estado, para promover a efetivação das normas que estabelecem vagas de trabalho aos egressos do sistema prisional e aos menores infratores. Ressaltou que a iniciativa repercutiu de forma positiva, haja vista o interesse manifestado tanto pelo Conselho Nacional de Justiça, como também pelo Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que fosse elaborado um projeto nos moldes implementados pela Sétima Região para possível reprodução em outros estados e tribunais. Informou que encaminhou a solicitação à Secretaria Geral da Presidência para apreciação e posterior encaminhamento do projeto. Ainda com a palavra, o Desembargador José Antonio Parente da Silva informou que, como desdobramento das audiências em Brasília, foi realizada uma reunião aqui no Tribunal com a Secretária dos Direitos Humanos do Ceará, Socorro França, que sugeriu a realização de uma reunião com várias secretarias do Governo do Estado e este Sétimo Regional para tratar de questões relacionadas ao cumprimento de cotas para os egressos e para as pessoas com deficiência. Ressaltou também a proposta formulada pelo Assessor da Presidência da República para Assuntos Federativos, José Ilário Gonçalves Marques, no sentido de que o Tribunal reunisse representantes das instituições públicas federais sediadas no Estado do Ceará e tentasse sensibilizá-los a, de forma espontânea, inserir em seus quadros pessoas egressas do sistema prisional. Acrescentou ainda que o Assessor Ilário Marques prometeu envidar esforços no sentido de convidar todos os gestores dos órgãos federais que existem no Estado para a realização desse projeto. Comunicou também que o Superintendente do Sistema Estadual de Atendimento Sócio Educativo, Roberto Bassan, demonstrou muito interesse pelo trabalho realizado pelo CEJUSC para a inserção de adolescentes infratores no mercado de trabalho. Informou que na data de ontem participou de uma reunião com representantes da Justiça Federal no Ceará, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, do Ministério Público do Ceará, da Defensoria Pública e de diversos outros órgãos, para tratar de questões relacionadas aos Direitos Humanos. O Desembargador informou que, na oportunidade, formulou o seu protesto formal à Secretária dos Direitos Humanos do Ceará, Socorro França, no sentido de que o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região deveria estar representado no referido encontro na qualidade de Conselheiro, uma vez que muitas das matérias pautadas, dentre as quais destacou a questão dos egressos, passavam pela Justiça do Trabalho. Segundo o Magistrado, a Secretária ficou de examinar a sua proposta. Por fim, o Desembargador José Antonio Parente da Silva acrescentou que durante a viagem a Brasília também estiveram na Secretaria Nacional da Economia Solidária, onde lhes foi solicitada uma contribuição do Poder Judiciário na questão das atividades laborais exercidas por meio de plataformas digitais. Explicou que a matéria precisa ser regulamentada até o mês de setembro do corrente ano, para atender à demanda formulada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Informou que encaminhou o

assunto para a Ministra Kátia Magalhães Arruda. Em seguida, o Desembargador Jefferson Quesado Júnior destacou o trabalho realizado pela Sétima Região, por intermédio do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas, no sentido de conscientizar a sociedade da importância de se dar efetividade à inserção dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho, como forma de prevenir o retorno dessas pessoas à criminalidade. Com relação aos portadores de deficiência, o Magistrado também defendeu a necessidade de que sejam inseridos de forma adequada no mercado de trabalho, em funções compatíveis com as suas particularidades. Logo após, o Desembargador Francisco José Gomes da Silva comunicou que na presente data estava saindo da Gestão Regional do Trabalho Seguro, onde permaneceu por quase nove anos. O Magistrado agradeceu ao Desembargador Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior, que o indicou para a função, bem como aos demais Presidentes do Tribunal. Em seguida, reportou-se ao Desembargador Carlos Alberto Trindade Rebonatto, com quem dividiu a gestão do Programa, sugerindo que o referido Magistrado fosse indicado para continuar esse trabalho no âmbito do 2º Grau de Jurisdição. O Presidente agradeceu ao Desembargador Francisco José Gomes da Silva pela atuação no Programa Trabalho Seguro ao longo de todos esses anos e, quanto ao pleito formulado pelo Magistrado, informou que será analisada a sua viabilidade, observando-se, evidentemente, a ordem de antiguidade de eventuais colegas desembargadores que queiram assumir o encargo. A seguir, o Desembargador Paulo Régis Machado Botelho reiterou o convite para o Seminário Direito Material e Processual do Trabalho, designado para o dia 9 de agosto do corrente ano, quarta-feira, no Teatro São João, em Sobral, cidade que acaba de completar 250 anos. Ressaltou que o evento dá sequência ao projeto de interiorização das ações de formação desenvolvidas pela Escola Judicial, iniciado com o Seminário Regional de Direito Material e Processual do Trabalho, realizado em Aracati, onde ocorreram mais de 250 inscrições. Informou que o evento de Sobral já conta com mais de 450 inscritos, com preferência para advogados, magistrados, servidores e estudantes, em virtude da capacidade física do Teatro. Destacou a presença do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Alberto Bastos Balazeiro, do Desembargador Carlos Henrique Bezerra Leite, da juíza Daniela Pinheiro Pessoa, do Juiz Raimundo Dias de Oliveira Neto, do Doutor Martônio Mont'Alverne Barreto Lima e do Desembargador Grijalbo Fernandes Coutinho. Informou também que mais de 35 magistrados confirmaram a presença e agradeceu a participação de todos. Concluindo, renovou o convite, salientando que o encontro será uma oportunidade para que o Direito do Trabalho seja posto em debate em todos os quadrantes do Estado do Ceará. Em seguida, o Presidente facultou a palavra ao Corregedor Regional Clóvis Valença Alves Filho. O Desembargador informou que estava encerrando a correição na Vara do Trabalho de Iguatu e cumprimentou o Presidente, bem como os demais Desembargadores presentes, a Procuradora do Trabalho, os advogados e os servidores. A seguir, encerradas as comunicações, em consonância com o artigo 125 do Regimento Interno, foi iniciada a análise dos processos judiciais eletrônicos pautados para a presente sessão, com a oitiva dos advogados habilitados para defesa oral. Ao final da votação, foram julgados 26 (vinte e seis) processos. Em virtude de pedido de vista formulado pelo Desembargador José Antonio Parente da Silva, o julgamento do processo 0003584-55.2023.5.07.0000 restou adiado para sessão futura. Por deliberação do Relator, o agravo regimental em mandado de segurança 0003915-37.2023.5.07.0000, foi retirado de pauta para análise de manifestação de desistência. Encerrada a pauta judicial, foram apreciadas as seguintes matérias administrativas: decisão da Presidência que, "ad referendum" do Tribunal Pleno, deferiu a interrupção, a partir de 20 de julho de 2023, do 2º (segundo) período

de férias do exercício de 2023 do Desembargador do Trabalho Carlos Alberto Trindade Rebonatto (PROAD 4999/2023); decisão da Presidência que, “ad referendum” do Tribunal Pleno, deferiu o agendamento de 19 (dezenove) dias de férias da Desembargadora do Trabalho MARIA ROSELI MENDES ALENCAR, restantes do seu 1º (primeiro) período de 2023, para usufruto no lapso de 11 a 29.9.2023, bem como a ressalva para gozo oportuno do 2º (segundo) período de férias de 2023 da vertente magistrada (PROAD 4944/2023); proposição da Presidência para o provimento de 5 (cinco) cargos vagos de Técnico Judiciário – Área Administrativa (PROAD 1250/2023); proposição da Presidência para a transformação de uma função comissionada FC01 em uma função comissionada FC03, agente de transporte, vinculada à ouvidoria (PROAD 2974/2023) e proposição da Presidência para declarar em processo de extinção a especialidade transporte, do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa (PROAD 4055/2023). Registro, por fim, que a presente sessão foi gravada e o conteúdo do vídeo com a íntegra das votações e demais manifestações está disponível no *site* deste Tribunal no menu “Transparência – Gestão Judiciária – Sessões de Julgamento – Atas, Áudios e Vídeos”. Concluídos os trabalhos e nada mais havendo a deliberar, o Presidente agradeceu e declarou encerrada a sessão e, para constar, eu, ALEXEI RABELO LIMA VERDE, Secretário do Tribunal Pleno e Seções Especializadas, lavrei a presente ata.